



**Estratégia**  
OAB

**SIMULADO FINAL PARA**

**2ª FASE**

**OAB**

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

**Siga as nossas Redes Sociais**  
Estratégia OAB no YouTube  
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Igor Maciel

Bruna, cidadã consciente e eleitora do Município Esperança, ficou sabendo por meio da imprensa local que o Ministério Público determinou a abertura de inquérito civil e penal para apurar possíveis irregularidades em contratos administrativos celebrados pelo Município Esperança e que foram colhidas provas robustas de superfaturamento e fraude nos últimos contratos celebrados pelo ente público.

Inconformada, Bruna procura se inteirar mais sobre o acontecido e acaba descobrindo que estes contratos celebrados pelo município foram realizados nos últimos três anos com a Sociedade Empresária XYZ e ainda estão em fase de execução.

Após pedido baseado na Lei de Acesso à informação, Bruna obtém documentos que comprovam a fraude e a lesão ocorridos no contrato celebrado entre o Município Esperança e a Sociedade Empresária XYZ, bem como a participação ativa do Prefeito Ricardo e do Secretário de Administração Francisco.

Bruna desconfia dos seguintes fatos e apresenta para você, seu advogado, os seguintes fatos e documentos correspondentes para que seja possível o ajuizamento de ação para impedir a lesão ao patrimônio público:

- 1- O sobrinho do Prefeito Ricardo, Pedro, é sócio da Sociedade Empresária XYZ que tem recebido valores altíssimos em contratos com o município;
- 2- A Sociedade Empresária XYZ possui como objeto social a prestação de serviços de asseio e conservação (limpeza de prédios públicos) e celebrou sucessivos contratos de R\$. 50.000,00 (cinquenta mil reais) com dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 para limpeza de cada prédio municipal, apesar de todos os contratos poderem ser considerados como parte de uma grande contratação (limpeza de todos os prédios públicos municipais);
- 3- Não existe processo administrativo formalizado em nenhuma contratação, uma vez que o Executivo Municipal alega que a dispensa de licitação não exige formalização;
- 4- Os valores estão claramente superfaturados, mas o Executivo Municipal alega que a possibilidade de dispensa de licitação permite a contratação por qualquer valor, independentemente dos valores de mercado dos serviços;
- 5- Os contratos celebrados possuem prazo de 84 meses;

Diante desse quadro, Bruna eleitora regular e ativa do Município Esperança, indignada com o descaso pela moralidade administrativa na gestão do dinheiro público, procura você, na qualidade de advogado, para mover ação judicial em face dos envolvidos no escândalo, objetivando desfazer os atos ilegais praticados.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

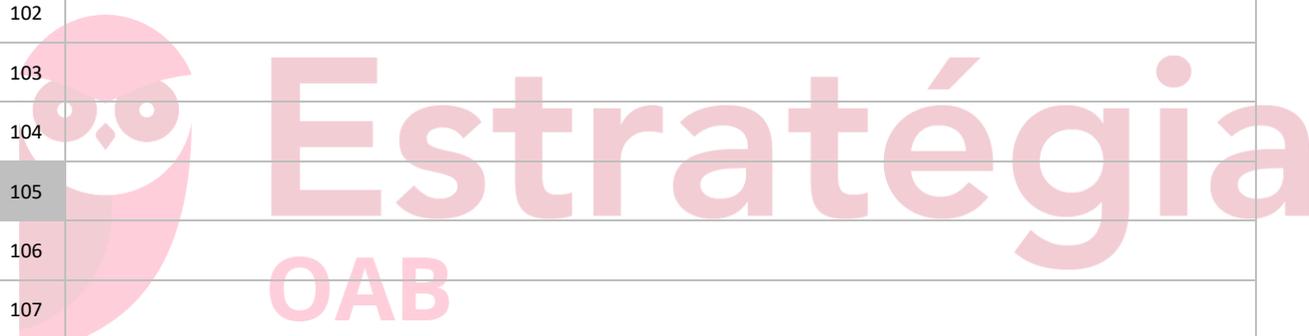
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	



**Estratégia**  
OAB

58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	

89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	



120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 1

---

Inconformado com o número de servidores públicos da área da educação que respondem a processo administrativo disciplinar, o Presidente da República resolve colocar tais servidores em disponibilidade e, para tanto, edita decreto extinguindo os respectivos cargos.

Considerando a hipótese apresentada, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso, responda aos itens a seguir.

- a) A extinção de cargos públicos, por meio de decreto está juridicamente correta? Justifique.
- b) É juridicamente correta a decisão do Presidente da República de colocar os servidores em disponibilidade?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 2

---

Diante da grave crise econômica instalada no país, Talita deixou de pagar a conta de luz de sua casa por três meses consecutivos, o que acarretou no corte de fornecimento de energia em sua residência, após regular notificação da companhia energética.

Considerando a narrativa fática acima, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

- a) À luz dos princípios da continuidade e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de serviço público, é lícito o corte de luz realizado pela concessionária?
- b) O Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado na relação entre usuários e prestadores de serviços públicos?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 3

---

A Autarquia Federal Alfa identificou que certo ato administrativo, praticado há 7 (sete) anos atrás em benefício do servidor Leonardo está eivado de vício de ilegalidade.

Diante da constatação e ciente de que do ato ilegal decorreram efeitos favoráveis ao servidor Leonardo, a Autarquia Federal decidiu anular o ato.

A respeito da situação apresentada e considerando que Leonardo estava de má-fé, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

- a) Segundo a legislação pátria, é possível se falar em decadência da Administração em anular o referido ato?
- b) É possível que o ato em questão seja convalidado?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 4

---

Determinado órgão público promoveu licitação para aquisição de computadores, mas no dia aprazado no edital, nenhuma proposta foi apresentada. Diante da ausência de apresentação de propostas, a licitação foi considerada pelos responsáveis como licitação fracassada.

Nesse cenário, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

- a) Está correta a classificação do caso apresentado como licitação fracassada?
- b) É possível a realização de contratação direta no caso concreto? De que forma?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

OAB